

2

Discurso na cerimônia de premiação das empresas vencedoras da 29ª edição do Anuário Melhores e Maiores

SÃO PAULO, SP, 3 DE JULHO DE 2002

Meu caro Governador e amigo, Geraldo Alckmin; Presidente e editor do Grupo Abril, e também meu amigo, Roberto Civita; Meus companheiros de mesa, que já foram tantas vezes citados; Senhoras e Senhores,

Primeiro, quero dizer que é, realmente, com muita satisfação e com uma ponta de emoção que venho aqui, nove anos depois da primeira vez que aqui estive. Eu mesmo não havia percebido que o tempo tinha passado tão rápido e que eu tinha perdido a ocasião de poder cumprimentá-los oito vezes.

Mas, hoje foi possível estar aqui e reconhecer esse imenso esforço que tem sido feito, pela *Revista Exame*, do Grupo Abril, para distinguir aqueles que merecem a distinção. E, mais uma vez, agora à noite, o que vimos foi isso.

E fiquei feliz, também, de ver o quanto existe de diversidade, nas premiações. Para começar, a diversidade regional. No passado, não se ouvia falar em empresário, senão em duas ou três capitais ou dois estados do Brasil.

Depois, a diversidade das empresas. Muitas delas eu não conhecia, nunca tinha ouvido falar e são premiadas. Isso é o Brasil. Há muita coisa boa que está sendo feita no Brasil que nós nem sabemos, ou nunca ouvimos falar, mas o Brasil continua avançando. Isso, aqui, é um exemplo desse Brasil que avança.

E, mais ainda, numa premiação que é feita – o Doutor Roberto me reafirmou e eu tenho certeza de que assim é – a partir de critérios absolutamente objetivos. Eu vi, com muita surpresa, que sou o representante do dono de duas ou três dessas empresas, que é o povo brasileiro. Empresas públicas, que receberam, aqui, a homenagem, numa competição com empresas privadas, porque elas são empresas e não são apenas estatais. São empresas, que funcionam com critérios de racionalidade, estão abertas ao mercado e são julgadas pelos seus pares.

Isso é um Brasil novo. Esse Brasil a que estamos assistindo, nesta noite, que se renova há tanto tempo, é um Brasil que, realmente, está ganhando outra forma. E essa outra forma – apraz-me repetir o que aqui foi dito – começa porque é um Brasil da liberdade, é um Brasil da democracia, é um Brasil do respeito à opinião de cada um de nós. Isso é condição necessária, no mundo contemporâneo, para que haja progresso. Progresso material, progresso social, progresso espiritual.

Sem que houvesse o enraizamento da liberdade no Brasil, nos nossos corações, sem que houvesse, nas nossas instituições, a consagração dos direitos e sem que houvesse, em nosso povo, um espírito de cobrança desses direitos, nós não teríamos caminhado como temos caminhado. Pelo menos não teríamos caminhado na forma pela qual nós temos caminhado.

Quando o Ministro Pedro Malan, há pouco, depois de ter recebido uma justa homenagem, se recordava do que se fez, nesses últimos anos, eu me recordei, também, das imensas discussões que nós travamos, quando no período da formação do Real.

Malan era presidente do Banco Central – de um certo momento em diante pois, antes, era representante nosso na negociação da dívida externa. E eu fui nomeado, repentinamente, como todos sabem, Ministro da Fazenda, por muito pouco tempo e com muita angústia, porque

a inflação galopava. Anualizada, naquele ano, chegaria a 4, 5 mil por cento. É muito difícil fazer qualquer coisa quando a inflação assume essas características de hiperinflação.

Nas discussões imensas que nós travamos, com muita liberdade, também, entre nós e com a colaboração de muitos brasileiros, que são dignos, realmente, de mérito e de reconhecimento, houve uma que eu reputo a mais importante, que era o caminho a seguir, para combater a inflação.

Muitas tentativas anteriores haviam sido feitas. Alguns dos que pertenciam à nossa equipe de trabalho haviam, também, pertencido a outras equipes, notadamente do Plano Cruzado e sabiam das dificuldades.

A grande discussão era: como proceder. E a decisão foi: vamos proceder contando ao País o que se vai fazer. Essa, talvez, seja a característica mais marcante do chamado Plano Real. Naquela época chamava-se Plano FHC, porque não se sabia se ia dar certo ou não; diziam que tinha nome de remédio, de detergente. Depois, com o tempo, o plano foi ficando bonito e virou Real. Está bem. Mas a dúvida era como proceder. E nós decidimos isso: vamos explicar ao país.

Eu confesso que essa decisão foi uma decisão, naquele momento, ousada. Porque todas as experiências anteriores eram tecnocráticas. Nós ainda vínhamos de um ressaibo autoritário muito forte, em que tudo se decidia e se sabia, quando se sabia, pelo *Diário Oficial* ou pelos jornais.

Depois, continuava um certo temor reverencial, um medo mesmo, do povo: “Não se pode dizer, porque alguém vai especular, porque não vão entender, porque vai frustrar, porque a imprensa não vai publicar direito, porque vai criticar.” E a nossa decisão foi: “Vamos explicar.”

E, basicamente, levamos meses explicando. Primeiro, ao próprio Governo, que não entendia; depois ao Congresso que, tampouco, entendia. E, em geral, ao país. O País entendeu. E entendeu uma coisa difícilíssima, que era a tal de URV – Unidade de Referência de Valor, que era uma moeda que não existia, uma espécie de ectoplasma. Mas, esse ectoplasma diz: “Vai tomar corpo. O espírito vai baixar, vai tomar corpo.”

Bom, o povo, quando percebeu do que se tratava, aderiu imediatamente. E em questão de uma, duas, três semanas já se sabia que a

população tinha entendido e passava a se comportar com referência a uma moeda que não existia. Isso, por causa da democracia. Porque fomos levados a acreditar na democracia, no valor da democracia e, ao invés de tomarmos uma fórmula muito complexa, que ninguém ia entender – e quando tentamos tomar, mais recentemente, não deu certo; quando se usam nomes muito complicados para explicar coisas simples, não funciona. Então, a verdade é que, desde o início, o renascimento da crença na possibilidade de uma moeda que inspire segurança vem junto com a democracia.

Não é qualquer segurança. Não é a segurança em que os bem-esclarecidos, os bem-pensantes crêem e impingem à população, aos empresários, aos trabalhadores, à classe média, a quem seja, como uma verdade absoluta. Não. É a segurança que vem do conhecimento do porquê das coisas.

Continuo pensando nisso até hoje. Acho que o mais importante é explicar. Mesmo nos momentos mais difíceis, se se explica bem e a população entende, é possível avançar.

A base de tudo no Brasil, dessa retomada de esperança, veio da crença na democracia. É claro que temos muitas imperfeições democráticas. Quem tem a experiência que tenho de ser ex-Senador por tantos anos por São Paulo, de Ministro do Exterior, Ministro da Fazenda, Presidente da República por quase oito anos, alguém que teve um papel bastante central nos dois anos anteriores, portanto, quase dez anos, sabe das dificuldades imensas.

Mas, apesar delas, avançamos democraticamente no Congresso. Fala-se tanto em reformas – eu mesmo. E acho importantíssimo. E é preciso continuar fazendo reformas. Mas uma coisa é fazer reforma quando se tem um poder discricionário. Vai mais depressa, mas não creio que dure, não creio que perdure, porque não entra na consciência das pessoas. Outra coisa é tentar reformar o país discutindo. É muito complicado.

Vamos tomar uma reforma querida de todos aqui: a Reforma Tributária. Que dificuldade! Ainda na semana passada, estávamos lá tentando aprovar a reforma. Não conseguimos. Não que não quiséssemos. Queríamos, e muito, e queremos ainda. Mas acontece que, quando se

fala em reforma, é uma questão abstrata. Na prática, há interesses enraizados. Uns vão ganhar, outros vão perder. E ninguém quer perder. Todos querem ganhar, como é natural. Então, a questão é mais difícil. Sem uma imposição é mais difícil. Com imposição não dá certo.

O “ser mais difícil” não deve fazer com que desanimemos. Deve levar-nos a tentar motivar mais e insistir na reforma. É o caso da Reforma Tributária.

Eu, como sou otimista, não perdi as esperanças de que, ainda até o final do meu mandato, eu acabe com os impostos em cascata, como o PIS, com um caminho aberto para se terminar com a Cofins também. Depende do quanto nós agüentarmos porque, às vezes, como dizem, na solidão do Palácio do Planalto – o Alvorada é mais solitário ainda - fico olhando em volta quem é que está no Congresso pressionando, porque os interesses enraizados que defendem o *status quo* mais facilmente se manifestam. Os interesses pela renovação têm muito mais dificuldade em obter aliados. Então, é difícil, se não houver, realmente, uma mobilização para que se avance em qualquer matéria. Referi-me à Reforma Tributária porque é uma questão importante.

Muitas coisas puderam ser feitas. Algumas fizemos. Concordo que, talvez, a maior dificuldade e o que me deixa menos satisfeito com o que pudemos fazer nesses anos foi, não apenas a reforma tributária, mas a Reforma Previdenciária. É escandaloso. É escandaloso que não tenhamos conseguido avançar nem na aprovação, agora, do PL-9. Para quem não sabe, o PL-9 se refere a um Projeto de Lei Complementar que está no Congresso e que, depois de já aprovada uma reforma constitucional, permite que os funcionários públicos que ingressem agora no serviço público tenham um regime que não seja o atual, que gera um déficit direto de uns 25 bilhões de reais por ano. Pelo regime atual, quem se aposenta a partir de um certo período de trabalho, independentemente da idade da pessoa, a aposentadoria é integral.

Com a aprovação do chamado fator previdenciário do setor privado, ou seja, com uma mistura entre o tempo de contribuição – portanto, o tempo de trabalho – e a idade da pessoa, permitiu-se que houvesse cálculos que foram feitos por vários agentes internacionais que mos-

tram que no setor privado, o INSS, nos próximos 30 anos, tem uma possibilidade de baixar a sua dívida e não de aumentar. No setor público, não. No setor público vai aumentar galopantemente. E não se aprovou o PL-9.

E ouvi quantas pessoas dizerem que não era possível aprovar porque tem eleição agora. Realmente fico pasmado: por que tem eleição agora? Eu tinha eleição em 98 e disse que ia ao Fundo Monetário Internacional, antes das eleições. Toda gente sabe que ninguém gosta de ir ao Fundo, porque o remédio é amargo. Mas, se o paciente está mal, tem que se dizer o que vai ser feito. Não entendo essa lógica eleitoral. E posso dizer com autoridade. Ganhei muitas eleições no Brasil e nunca deixei de dizer o que ia fazer. E, muitas vezes, o que eu disse que ia fazer não era do agrado dos setores organizados que têm eco, que fazem muito barulho, que distorcem os nossos propósitos e que bloqueiam, muitas vezes, o avanço desses propósitos.

É preciso continuar com esse espírito de reforma. O que foi dito aqui é absolutamente verdadeiro. Mas, além disso, na democracia, apesar do que estou mostrando, as dificuldades normais de uma democracia não são anormais. É assim em toda parte. Reforma Tributária, Reforma da Previdência, na Itália, na Alemanha, nos Estados Unidos, em toda parte, não é fácil. Mas, apesar disso, creio que houve algumas outras modificações que me parece merecerem uma certa consideração neste momento, aqui, em que estamos, de alguma maneira, discutindo o futuro e a partir do que se construirá esse futuro.

Ouvi, muitas vezes – e, até certo ponto, me incomoda dizer: “O Governo ou o Plano Real garantiu a estabilidade, mas não fez nada pelo social.” Não há engano maior do que este. Uma vez, numa reunião em que estive, no BNDES – Doutor Francisco Gros estava presente, creio – projetei dados dos últimos 20 anos. A economia brasileira, nesses 20 anos fez ziguezagues: cresceu, decresceu, cresceu, decresceu. Os dados sociais todos crescem, incessantemente. Quais são os dados sociais? Educação, saúde, acesso a terra, assistência social. Em todas essas áreas, crescem. Com o Plano Real, nós aceleramos esse crescimento naquilo que é essencial e que as crianças, de maneira tão espontânea, tão bonita,

disseram há pouco que é educação. Com o Plano Real, o que se fez foi estender a educação aos mais pobres, dar acesso.

Hoje, no Brasil, estamos com acesso quase universal ao ensino primário – quase universal: 96%, 97%. Isto é um dado importante. Mas nós partíamos, no começo da década, provavelmente, de uns 91%, 92%, até um pouquinho mais. Mas, quando se olham os livros, por exemplo, aí, era só 75% e, hoje, 93%. Ou seja, o acesso foi dado àqueles que mais necessitam. A classe média e a classe média alta já tinham acesso à instrução.

De toda maneira, com isso, se reduziu o analfabetismo de uma maneira bastante sensível. Passamos de 19% de analfabetos, em 91, para 13%, no ano 2000. Isso significa que, havendo acesso à escola e estando já a massa daqueles que eram analfabetos – me refiro já aos maiores de 14 anos ou 16 anos, não me recordo – dessa maneira, podemos dizer que, dentro de pouco tempo, acabaremos com o analfabetismo no Brasil. E isso não é retórica, não é promessa de campanha, como dizem outros por aí: “Eu vou fazer isso, fazer aquilo” e não dizem como. Nós já fizemos. Já estão nas escolas as crianças. Então, com o passar do tempo, essa nódoa do Brasil, que era o analfabetismo, acaba.

Pode parecer pouco e pode parecer estranho que o Presidente da República fique feliz porque está acabando com o analfabetismo, que é uma coisa que devia ter acabado há muito tempo. Mas, lá pelos anos 30, deveríamos ter aqui, no Brasil, mais analfabetos do que alfabetizados. Eu nasci em 31. Portanto, quando nasci, havia mais analfabetos que alfabetizados no Brasil. Então, é por esta razão que recuperamos um atraso grande e é possível dizer que, na área social, tem-se avançado e avançado sensivelmente, atendendo aos mais necessitados.

Não vou cansá-los com números, mas há muitos números na área social que mostram isso, como queda da mortalidade infantil, aumento da esperança de vida, acesso ao médico de família para 50 milhões de pessoas. Eram 28 mil agentes comunitários. Hoje, são 152 mil, em um Brasil que nós, aqui, não sabemos nem dos ecos, que é o Brasil do fundão, das áreas mais pobres do interior ou das pobres cidades, que estavam quase morrendo e que, agora, sobrevivem graças à aposenta-

doria, ao INSS e graças ao fato de que temos um conjunto de programas que permite que essas famílias possam ter alguma esperança de melhoria.

Há o Bolsa-Escola, que hoje atende cerca de 9 milhões de crianças. Temos 35 milhões ou 36 milhões nas escolas e 9 milhões recebem uma pequena bolsa. Só o Bolsa-Escola já produz um efeito muito importante nas áreas mais pobres do Brasil. E há uma demanda imensa por esse programa, que é um programa que se faz de uma maneira bastante eficiente, porque é através de um cartão magnético que é dado à mãe de família, sem intermediação política, sem pistolão, sem vereador, sem prefeito, sem governador, sem Presidente da República, nada: direito de cidadania.

Então, isto está havendo no país. Assim como estamos assistindo aqui a uma rede de empresas, de empresas competentes, existe uma rede social que atende, neste momento, àqueles que mais necessitam.

Claro, dir-se-á – e aqui foi dito por uma criança, o que é interessante: “Há desigualdade”. Isso é muito importante porque hoje, no Brasil, quase nunca há um discurso ou um artigo sem referência à desigualdade. Não era assim no passado. A desigualdade era um fato natural. Agora, passa a ser questionado. Não está resolvido, mas está questionado.

E quando se vê a distribuição de renda, o famoso Coeficiente Gini, poderia até argumentar: “Melhorou um pouquinho”. Não adianta nada, porque melhorou muito pouco. Só que o Coeficiente Gini não incorpora os 30 bilhões de reais que estão sendo distribuídos, através dos nove programas sociais, que têm amplo alcance – o de Erradicação do Trabalho Infantil, a Bolsa-Alimentação, a Bolsa-Escola, o Pronaf, e assim por diante. Um conjunto de programas – o Pronaf nem entra nisso, está um pouco fora desta linha – um conjunto de programas sociais que distribuem 30 bilhões de reais.

Para sermos concretos: 30 bilhões de reais é tudo – e grifo “tudo” – que a União recolhe de Imposto de Renda, tanto da pessoa física quanto da pessoa jurídica. Eu não sei como se redistribui renda, via Governo, se você toma um Imposto de Renda e dá para os mais pobres. Não se chama isso de distribuição de renda? Chama-se o quê?

Só que essa renda não entra na estatística, porque isso não é renda do trabalho. A estatística registra renda do trabalho, do capital, a renda monetária. Não registra a distribuição direta de renda, que é o que se está fazendo com esses programas. Não são suficientes, estamos longe de imaginar que o sejam.

E nem a solução efetiva de cidadania é a distribuição sob a forma de programas sociais. A melhor distribuição é sob a forma direta de emprego. Mas é preciso não deixar de dizer que hoje, pela primeira vez na nossa história, existem programas organizados, contínuos, com recursos que recolhem o equivalente a todo o Imposto de Renda da pessoa física e jurídica, da parte que cabe à União Federal e vai diretamente para os mais pobres. E é para os mais pobres mesmo.

Por outro lado, dado o acesso à educação, dado o acesso à saúde, que começa a ampliar, nós podemos dizer que a qualidade de vida, a despeito da renda do trabalho não ter crescido na proporção que nós queríamos, a qualidade de vida dos mais pobres avançou.

E, para mim, isso é tão importante quanto a estabilidade. A estabilidade é condição necessária para que haja outros programas. Mas eu cansei de ouvir dizer: “Ah, tem estabilidade, mas não houve progresso social.” Não é verdade. Não é suficiente esse progresso, mas houve.

E o mais importante: esse progresso também veio junto com a democracia. Porque, hoje, a comunidade demanda, as organizações não-governamentais demandam, toda a gente demanda, pressiona. De tal maneira que, queiramos ou não, nós, que somos dirigentes políticos, e os que vierem a ser, seremos os que serão obrigados a continuar no caminho de criar um país menos injusto.

Fui eu quem formulou uma frase, há alguns anos, em que dizia: “O Brasil não é um país pobre, o Brasil é um país injusto.” Isso é verdade. Nós somos uma das, pelo menos, dez maiores economias do mundo, mas somos injustos. Estamos diminuindo essa injustiça.

E só se diminui essa injustiça se se mantiver acesa a idéia da democracia, da cidadania, da participação, da liberdade, da organização autônoma da sociedade, que leva as burocracias a atuarem de uma manei-

ra mais conseqüente e que obriga as lideranças políticas a atuarem em consonância com a vontade da maioria da população.

De tal maneira que esse clamor bonito, da criança, contra a desigualdade, é verdadeiro e nos leva a continuar trabalhando nessa direção. Mas nós já começamos. Nós já começamos. Só que são processos; não são atos. Há sempre a idéia de que: “o Presidente baixa – se for Medida Provisória, então, maravilha – baixa uma Medida Provisória, está tudo feito.” Ah, se fosse assim! Eu teria baixado, a igualdade já estaria, aqui, assegurada. Mas não são atos, são processos, leva tempo. E não é de Governo, é do conjunto da sociedade. É o Governo com a sociedade, atuando em consonância, em convergência, que nós vamos, pouco a pouco, formando uma sociedade mais dinâmica, mais democrática.

Se nós não formarmos essa sociedade mais dinâmica e mais democrática, não adianta a economia crescer, como pediu Hélio Jaguaribe, a 7%. Eu me recordo do tempo em que cresceu a 7%. Eu escrevi um livro sobre São Paulo, chamado *São Paulo, Crescimento e Pobreza*. E comparei, quando esse livro fez 25 anos, no ano 2000, os dados de 1975 com os dados de 2000 aqui, na cidade de São Paulo. A área social melhorou enormemente, a renda do mais pobre aumentou enormemente. Não adianta crescer a 7%, é uma ilusão. O que tem que haver é desenvolvimento, não é crescimento. É participação de todos, é a distribuição mais eqüitativa. São programas que sejam efetivos, sem corrupção, que cheguem aos mais necessitados. É uma dinâmica diferente. Tomara que fosse possível crescer a 7. Não sei. Não sei e não sei por que. E direi porque tenho as dúvidas quanto ao grau de crescimento.

A indústria pode crescer, de repente. A agricultura já cresceu, em mais de um momento, em taxas muito elevadas. Mas, qual é o nosso problema, hoje? Temos vários, obviamente, um deles já mencionei: é que, no modo moderno de crescer, contemporâneo, nós temos que crescer com crescimento social, com mais igualdade, com mais acessos, com gente melhor formada, com pressão da base. Isso é um processo, não é de repente.

E não se cresce mais a economia explorando a força de trabalho, pagando mal a uma força de trabalho não qualificada. Não é por aí.

Tem que qualificar essa força de trabalho e não se pode explorá-la. Tem que fazer com que o que se agrega na economia seja melhor dividido. Não é simplesmente dividir o que já tem, porque, aí, vamos todos para a pobreza. Mas, é agregar mais e, ao agregar, dividir.

Bom, mas não é só isso. É preciso refazer as bases do crescimento. De alguma maneira, é o esforço que está sendo feito. Aqui eu vi alguns que receberam prêmios, que estão na área de energia, a área do “apagão”. Pois bem, de alguma maneira, na própria área da energia, nós estamos construindo, ou já construímos, 24 hidrelétricas. Quantos países do mundo fazem isso? Com toda a crise, com toda a crítica, com todos os desmandos, 24 hidrelétricas. Algumas de porte imenso.

Fui, na semana passada, a Tucuruí. Nós estamos dobrando a produção de Tucuruí, de 4 mil megawatts para 8 mil e poucos megawatts. Itaipu tem 11, 12 mil megawatts. Tucuruí é quase uma Itaipu. Nós a estamos transformando em quase uma Itaipu.

O Governo Geraldo Alckmin mencionou não uma hidrelétrica, uma termelétrica, que é Piratininga. Quem sabe no Rio haverá a “Termorio”, e há outras “termos” que estão por aí, em construção. Por quê? Porque nós precisamos melhorar a nossa infra-estrutura.

Falava-se tanto dos portos. Era quase impensável, primeiro, passar, aprovar uma Lei de Portos. Foram anos. Quantos de nós discutimos e conversamos sobre a Lei dos Portos? Depois, que haveria uma resistência à implementação da lei, e houve. Mas a lei está implementada.

E o porto de Sepetiba, no Rio de Janeiro, hoje começa a ter preços que se aproximam dos de Roterdã. Bom, o porto de Santos está sendo melhorado. Ainda é elevado o custo, mas está abaixando, e vai baixar mais, quando nós avançarmos mais na regionalização do porto, quando nós fizermos o Anel Ferroviário necessário para entroncar as estradas de ferro com o porto.

Nós fizemos vários portos novos no Brasil, nesses anos, como Pecém – alguns, talvez, nem tenham ouvido falar – e Suape, para mencionar os dois que são mais conhecidos. Reformamos o porto de Rio Grande. Foi feito o porto de Sepetiba, que é um *hup*, que é um porto de grande profundidade e pode redistribuir para os outros portos. Isso foi feito.

Falava-se que as nossas ferrovias eram matéria imprestável até para ser privatizada. Foram privatizadas, algumas delas renovadas. E quem for ver aquela estrada que sai de São Paulo cruza uma ponte belíssima, entre São Paulo e Mato Grosso do Sul sobe na direção – já passou por Mato Grosso do Sul – de Mato Grosso propriamente dito, vai notar que já é possível escoar a produção de grãos, que aumentou imensamente, através de ferrovias. Houve uma reforma, não completa, ainda, falta muito, mas já existe a ferrovia como uma forma de transporte.

Também a hidrovia. Muita dificuldade, porque temos que respeitar o meio ambiente e os procuradores do meio ambiente que, muitas vezes, são até exagerados, na busca de uma solução que lhes pareça adequada. Mesmo assim, uma outra parte da nossa safra de grãos sai pelo Rio Madeira e vai lá, para o Amazonas. E, agora, lá em Tucuruí, estamos fazendo uma eclusa, que é para permitir que o rio Tocantins também sirva para escoar produção.

E a produção de grãos, no Brasil, que em 91 era de 56 milhões de toneladas, o ano passado foi de 100 milhões de toneladas. Aí, ouvi muita crítica: “A área agriculturável não está se expandindo.” Meu Deus! Está havendo um aumento de produtividade. O que melhor do que isso? Preserva o ambiente, porque não destrói mais mata e aumenta a produtividade.

E em alguns setores agrícolas nós somos infinitamente – infinitamente não gosto de dizer – mas, 40% mais de produtividade, maior que dos Estados Unidos. E não só na produção agrícola, na pecuária também. A carne do Brasil está sendo exportada – cota extra – para a Europa, onde há uma tarifa de 170%, e ainda assim chega lá e compete.

Isso é um país que está parado? Isso é um país que teve uma década perdida? Ou esse é um país, como vocês estão mostrando aqui, que tem dinamismo, tem força, tem vontade de crescer e está crescendo?

Mudamos bastante, na infra-estrutura. No setor produtivo direto, os senhores e as senhoras sabem melhor do que eu, que a preocupação era a de que nesse processo de globalização nós não ficassemos à margem. O processo é cruel. Aqueles que ficam à margem se desorganizam. Não há alternativas autárquicas, perdem o momento da história.

Eu recebi, hoje, o Presidente do México, e já ontem estávamos conversando. Alguns países aqui desta região, notadamente o México e o Brasil, conseguiram, bem ou mal, com todas as dificuldades – e já vou me referir a elas mais especificamente – conseguiram fazer o que parecia impossível: aumentar o investimento e o conteúdo tecnológico do investimento.

Nós recebemos, depois do Plano Real, não menos de 100 bilhões de dólares de investimento direto. Talvez mais. E 100 bilhões de dólares. Quando fui Ministro da Fazenda, no ano que mais se fez, foram dois.

Agora, com tremenda crise, não sei o que lá, não vêm capitais. Basta ver o que está acontecendo. Todo mês pinga, lá, investimento. Investimento de privatização? Não. Nós não estamos privatizando mais, praticamente. Investimento de expansão da produção. Será menor do que no ano passado? Pode ser. Mas esse “menor” significa, sempre, um bi e meio por mês. Isso é muito dinheiro de investimento direto. “Ah, bom, está desnacionalizando.” Será? O nosso PIB – calculemos ao redor de 600 bilhões de dólares. Ou para simplificar, um pouco menos, dizer que a taxa de formação bruta de capital fixo é de 20%. São 120 bilhões de dólares. Se recebemos 20 lá de fora, 100 são daqui. Então, 100 são de vocês. Esse “vocês” tem vocês como a Nestlé, que é naturalizada brasileira, e tem quem nasceu aqui, mas estão aqui e produzem aqui. É riqueza produzida aqui. Em grande parte, produzida até mesmo por aqueles que nasceram – as empresas que nasceram aqui, não o setor – as empresas que nasceram aqui.

Qual é a desnacionalização? Por acaso, não deslindamos os complexos problemas da siderurgia, da mineração, da celulose, da petroquímica? Anos para fazer isso, porque nosso sistema de governança era muito confuso, muito complicado. Muitos cruzamentos. Privatizamos alguns setores afobadamente. Não deu certo. Mas fomos, pouco a pouco, destravando esses setores.

Mas talvez tão importante quanto isso é o setor de serviços, as transformações imensas pelas quais passa o setor de serviços no Brasil. Os mais notáveis são os serviços que passam por todo esse sistema de informática, internet etc. Repito sempre, até cansar, porque é um belo

exemplo: 95% do Imposto de Renda do Brasil são enviadas à Receita através da Internet – 14 milhões de pessoas. Onde se vê uma absorção tão rápida de uma tecnologia complexa no mundo? Onde se vê isso? Essa talvez tenha sido uma consequência boa e desejada pelos que trabalhavam na época da inflação, porque os nossos bancos tiveram que ter uma velocidade enorme para poder fazer face à inflação, e eles se informatizaram muito rapidamente, no setor de serviços bancários.

E no setor de telefonia? Não houve uma revolução no setor de telefonia? Os dados estão aí absolutamente vibrantes para mostrar essa transformação.

Então, mudamos muita coisa no Brasil nesses anos todos. E mais: a exportação – o que disse o Roberto Mendonça é verdade – é crucial. Eu disse uma vez, ao dar posse creio que ao Sérgio Amaral: exportar ou morrer. É verdade. Nós temos que exportar. Só que, hoje, para exportar, só vamos poder exportar porque houve uma transformação da base produtiva no Brasil. Quando a economia era mais fechada, se podia crescer a 7%, e tinha tarifa que impedia a importação, o conteúdo tecnológico não era tão elevado. Hoje, é preciso produzir com *standard* global, porque os aviões que estão aqui – o dono deles está aqui – são aviões que têm que ter um *standard* global, senão não se compra lá fora. Como é que se vai exportar sem *standard* global? E o automóvel? Não mudou? Hoje, o automóvel que se faz aqui não tem que ser o mesmo que vem lá de fora? E o aparelho de telefonia para você falar ao telefone celular? Não tem que ser o mesmo que se faz em qualquer lugar do mundo?

Mudou a qualidade da indústria brasileira. E a qualidade é tão importante quanto a quantidade. A quantidade vai depender de outras coisas. Vai depender de bom governo, em geral. Adam Smith já o disse. É verdade. Vai depender disso. Vai depender de boa sociedade, coeficiente de educação, acesso, democracia, liberdade. Mas vai depender também de conjunturas. De conjunturas que não são controladas por nós nem por ninguém.

Aqui se mostrou – e não precisava nem mostrar porque todos nós sabemos – o 11 de Setembro, nos Estados Unidos. Muito bem. Mas,

desde que assumi o Governo, não ouço falar, no mundo, a não ser de crise financeira. Em 94, houve a crise do México. Nós, aqui, tivemos, em março, um desaguisado no nosso sistema de câmbio, porque tentamos mudar o padrão de câmbio em 95. Já 96 foi um ano excelente. Podem ver os indicadores como resultado dele. Foi o melhor ano, porque não houve crise. Em 97, crise da Ásia. Em 98, da Rússia. Em seguida, a nossa, em 99. Depois, a da Argentina. Depois, dos Estados Unidos. De novo, Argentina e Brasil.

Governar, hoje, é estar preparado para crises. Pode ser que o mundo melhore. Tomara. Tomara, sou otimista. Mas, hoje, estamos vivendo um momento de transição provocado por essa mudança tecnológica da informação muito rápida, transporte rápido, uma mudança muito violenta em que centros de decisão são dispersos. Mesmo as instituições mais poderosas do mundo não têm poder suficiente para fazer frente às vagas que são desencadeadas de repente. Não tem FMI, Banco Mundial e mesmo o Tesouro Americano – talvez, este seja o que mais poder tenha – para fazer frente a coisas que ocorrem lá na Ásia, de repente, lá na Rússia, aqui no Brasil, na Argentina. O efeito se multiplica.

Então, esse mundo é um mundo de muita incerteza. Mas, se o mundo é de incerteza, não adianta estarmos somente sofrendo na incerteza. Temos que nos preparar para viver nela e superá-la. Isso, de novo, requer compreensão, conhecimento, competência e requer que fortaleçamos as nossas bases produtivas, não apenas no sentido econômico, mas também no sentido, como disse aqui, social e, mais que tudo, cultural e ter uma mentalidade capaz de fazer frente aos desafios do mundo.

Bom, já falei demais, simplesmente para reafirmar a fé que tenho no que está acontecendo no Brasil, na nossa capacidade. E hoje, agora, estou com mais fé ainda, porque, depois de ontem, eu quase fiquei morto de emoção de ver todos aqueles jogadores lá. Realmente, aquilo transmite uma energia brutal. E o País inteiro. Nunca ninguém viu Brasília tão alegre e com tanta gente na rua. A cidade, que diziam fria, tremia de emoção.

E nós todos, quantos choramos, quantos ficamos rindo, quanta alegria! Por quê? Porque houve uma vitória, que foi uma vitória construí-

da. Construída com apoio do torcedor, também. Mas, construída. E é uma espécie de reafirmação da nossa capacidade.

Será exagero? Será que o futebol tem tanto a ver com a sociedade, tem tanto a ver com a economia? Tem. Porque tem a ver com as pessoas. E o que nós precisamos, no Brasil, é de que as pessoas acreditem mais, de que as pessoas não fiquem simplesmente se lamuriando. Há os que não têm outra alternativa, a não ser se lamuriar. Mas, os que têm outra alternativa e se lamuriam, atrapalham muito. Em vez de se lamuriar, trabalhar. Em vez de ver obstáculo, ver como superar os obstáculos. Em vez de ficar o dia inteiro fazendo projeções para mostrar que está mal, ver como se resolve o que não está bem, para que possa tornar-se bem.

Eu acho que nós dispomos de energias sociais, culturais, no nosso país, para que possamos enfrentar essas incertezas. Estamos entrando nesse novo século com uma outra base. Estamos entrando com a força das nossas convicções e com a realização de muitos, inclusive dos aqui presentes, inclusive dos que aqui foram premiados, que foram premiados, certamente, porque venceram.

E nós temos que nos transformar em povo vencedor. Isso é fundamental. E temos que gostar de quem vence e não sempre ficar do lado de quem está perdendo, só porque perdeu. Se perdeu injustamente, sim. Mas, se perdeu porque perdeu, perdeu, o outro ganhou. Viva quem ganhou. E vamos em frente. É preciso ter uma mentalidade mais enérgica, nesse nosso país, para que possamos, enfim, enfrentar esse desafio do novo século. Mas, eu vejo que vamos com força.

Quero terminar agradecendo as referências que me foram feitas, muitas, do Ivan Zurita; do Geraldo Alckmin, com a generosidade do companheiro, que se referiu de uma maneira tão carinhosa a mim; do nosso Roberto Civita, que ele tem essa mentalidade de quem vence. Eu o conheço há muitos anos. Ele tem essa mentalidade de quem vence. Não desiste, persiste. E à *Revista Exame*, que expressa tão bem essa mesma mentalidade. E, principalmente, agradecer àqueles que hoje foram premiados, porque venceram. E vale a pena vencer pelo Brasil.

Muito obrigado.